



Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados dos exercícios	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstração fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Bienal de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli
Contador CRC SP-259915/O-0

Fundação Bienal de São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa				Fornecedores sem restrição	8	53	202
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.751	5.018	Fornecedores com restrição	8	29	239
Recursos financeiros com restrição	4	13.070	7.873	Obrigações com empregados		1.030	533
Créditos a receber	5	94	106	Obrigações tributárias		35	78
				Outras contas a pagar	9	1.144	3.431
				Adiantamento decessionários	10	820	1.746
				Subvenções a realizar	11	14.410	9.184
		16.915	12.997			17.521	15.413
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	12	42	47	Outras contas a pagar	9	-	1.144
Imobilizado	6	4.882	5.298	Provisão para contingências	12	452	50
Intangível	7	1.176	1.275			452	1.194
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	199	199
				Outras reservas	13	2.437	2.437
				Reserva de reavaliação	13	1.467	1.676
				Superávits/déficits acumulados	13	939	(1.303)
		6.100	6.619			5.042	3.009
Total do ativo		23.015	19.616	Total do passivo		23.015	19.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receitas das atividades			
Patrocínio de projetos			
Programas de atividade cultural	15	12.742	25.137
Rendimentos financeiros	15	190	1.633
Próprias			
Contribuições e doações	15	12.220	11.535
Rendimentos financeiros	15	410	501
Total das receitas das atividades		<u>25.562</u>	<u>38.806</u>
Custos e despesas das atividades			
Projetos			
Convênio minc - modernização e revitalização do pavilhão ciccillo matarazzo - depreciação	16	(147)	(148)
Despesas com subvenção da prefeitura do município de são paulo 2015	16	-	(997)
Despesas com subvenção da prefeitura do município de são paulo 2016	16	(432)	(144)
Despesas com subvenção da prefeitura do município de são paulo 2017	16	(40)	
Despesas com programa de ação cultural - proac	16	(69)	(594)
Despesas com programa nacional de apoio à cultura - pronac	16	(6.067)	(23.408)
Próprias			
Despesas com pessoal		(8.770)	(4.433)
Despesas administrativas e gerais		(5.101)	(3.977)
Despesas depreciação/amortização		(388)	(377)
Despesas fiscais/trabalhistas e cíveis		(410)	-
Despesas financeiras		(2.106)	(1.122)
Total das despesas das atividades		<u>(23.530)</u>	<u>(35.199)</u>
(=) superavit do exercício		<u>2.032</u>	<u>3.607</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	<u>2.032</u>	<u>3.607</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>2.032</u>	<u>3.607</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Deficit Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	199	2.437	1.885	(5.119)	(598)
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Superavit acumulados	-	-	-	3.607	3.607
Saldos em 31 de dezembro de 2016	199	2.437	1.676	(1.303)	3.009
Demonstrações das mutações do patrimônio social					
Saldos em 01 de janeiro de 2017	199	2.437	1.676	(1.303)	3.009
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Superavit acumulados	-	-	-	2.032	2.032
Saldos em 31 de dezembro de 2017	199	2.437	1.467	939	5.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstração fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

Descrição	2017	2016
Superávit/(déficit) do exercício	2.032	3.607
Ajustes por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	-	9
Provisão/(reversão) para contingências	402	-
Depreciação e amortização	536	524
Superávit (déficit) do exercício ajustado	2.970	4.140
(aumento) redução nos ativos operacionais:	(5.180)	11.610
Recursos financeiros com restrição	(5.198)	11.484
Créditos a receber	(55)	133
Adiantamentos e despesas antecipadas	68	(11)
Depósitos judiciais	5	4
Aumento / (redução) nos ativos operacionais:	964	(13.461)
Fornecedores com e sem restrição	(359)	253
Obrigações tributárias	(43)	38
Obrigações com empregados	497	49
Adiantamento de cessionários	(926)	312
Outras contas a pagar	(3.431)	(2.796)
Subvenções a realizar	5.226	(11.317)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades operacionais	(4.216)	(1.851)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(21)	(980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(21)	(980)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.266)	1.309
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.018	3.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.751	5.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo (“FBSP”) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Parque do Ibirapuera, s/nº, Portão 3, Pavilhão “CICCILLO MATARAZZO”, com prazo de duração indeterminado.

A FBSP foi criada e instituída em 08 de maio de 1962, instituição de natureza educacional e cultural, sem vinculações políticas ou religiosas, tem por missão apresentar e debater a arte contemporânea por meio da realização da Bienal de São Paulo e de outras ações pertinentes nos âmbitos nacional e internacional.

A receita da FBSP é constituída por doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e considerando as premissas da Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2012 - entidade sem fins lucrativos. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional da FBSP e, também, a sua moeda de apresentação.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendência em 16 de fevereiro de 2018.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A FBSP classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A FBSP não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

a. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

b. *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço social (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem adiantamentos de cessionários, tributos a recuperar, outras contas a pagar, depósitos judiciais, entre outras.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a FBSP se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela FBSP, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. A seguir descrevemos os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercado ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercado não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A FBSP classifica seus instrumentos financeiros como nível 2 na hierarquia do valor justo.

2.3.3 **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment**

A FBSP avalia no final de cada exercício se há evidência de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e a redução do valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

2.4 **Recursos financeiros com restrição**

Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos.

2.5 **Imobilizado e intangível**

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Ciccilo Matarazzo, Documentações Iconográficas das Bienais, Softwares e licenças de uso softwares. A Amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.6 **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a FBSP tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Ganhos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Contingências passivas** - são provisionadas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e são registrados na conta de reservas de capital.

2.11 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidade sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da Fundação apurou as receitas e despesas com trabalhos voluntários e concluiu que são imateriais para registro e divulgação.

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas com doações são registradas por regime de caixa e os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas com doação governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	553	263
Aplicações financeiras em CDB	3.195	4.752
	3.751	5.018

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

4 Recursos financeiros com restrição

Refere-se a recursos oriundos de doações recebidas para a realização dos projetos específicos, e estão apresentados da seguinte forma:

	2017	2016
Bancos conta movimento - com restrição		
Plano Anual 2017 FBSP-Pronac 164229	41	2.100
Plano Anual 2018 FBSP-Pronac 177114	9.822	-
32ª Bienal SP Curatorial-Pronac 1410646	-	1
	9.863	2.101
Aplicações financeiras em CDB - com restrição		
Prefeitura do Município SP 2017	2.635	-
Plano Anual 2017 FBSP-Pronac 164229	572	-
Prefeitura do Município SP 2016	-	2.561
32ª Bienal SP Curatorial-Pronac 1410646	-	598
32ª Bienal SP Expográfico-Pronac 151899	-	2.526
ProAC 19638	-	87
	3.207	5.772

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

5 Créditos a Receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2017	2016
Créditos a receber (i)	72	16
Fornecedores (ii)	2	57
Adiantamento de férias e 13º Salário	-	13
Prêmios de seguros a apropriar	20	20
	<u>94</u>	<u>106</u>

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, à título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente a área utilizada e por danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos, e a receita referente a 3ª etapa da pós-produção da participação brasileira na 57ª Bienal de Veneza.
- (ii) O adiantamento a fornecedores são valores adiantados a fornecedores/prestadores de serviços para futura prestação de contas, e são baixados da contabilidade após a entrega da documentação fiscal.

6 Imobilizado

- Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado.

	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	2017			2016
			Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros - revitalização do pavilhão da Bienal (i)	25	4%	3.562	(916)	2.646	2.794
Equipamentos de informática	10	10%	302	(262)	40	50
Instalações	20	5%	2.876	(1.757)	1.119	1.263
Máquinas/Equipamentos	20	5%	379	(281)	98	118
Móveis e utensílios	20	5%	1.045	(585)	460	532
Veículos	5	20%	105	(105)	-	-
Equipamentos de comunicação	20	5%	8	(7)	1	1
Benfeitorias - em imóveis de terceiros - reforma no térreo do pavilhão da Bienal (ii)	25	4%	548	(30)	518	540
			<u>8.825</u>	<u>(3.943)</u>	<u>4.882</u>	<u>5.298</u>

- (i) Refere-se à revitalização geral do pavilhão da Bienal, visando principalmente a adequação à normas de segurança.
- (ii) Refere-se a reforma do térreo do pavilhão da Bienal.

- A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2017	2016
No início do exercício	5.298	4.736
Aquisição de bens	21	980
Baixas de bens	-	(8)
Depreciação	(437)	(410)
No final do exercício	4.882	5.298

7 Intangível

	2017			2016		
	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Ciccillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(121)	273	314
Bienais (ii)	10	10%	360	(110)	250	287
Acervo (iii)	-	-	639	-	639	639
Software	5	20%	1.244	(1.244)	-	7
Licença uso de software	5	20%	67	(53)	14	28
			2.704	(1.528)	1.176	1.275

- (i) Dossiê Ciccillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Ciccillo Matarazzo, fundador da FBSP e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à FBSP após a morte de Ciccillo Matarazzo. O montante registrado se refere ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.
- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienais a partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% aa.
- (iii) O Arquivo Histórico da Bienal contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à produção das Bienais e arte em geral. Este arquivo é organizado e mantido pela FBSP como bem cultural de interesse histórico principalmente para consultas e pesquisas.

A FBSP não possui acervo significativo de obras de arte. As obras que participam das Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação, são emprestadas para a mostra ou comissionadas para serem expostas e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item Acervo acima são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, que se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da FBSP.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2017	2016
No início do exercício	1.275	1.389
Amortização	(99)	(114)
No final do exercício	1.176	1.275

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes a manutenção das operações rotineiras da FBSP e os fornecedores com restrição estão relacionados aos projetos gerenciados pela FBSP e patrocinados pelo Ministério da Cultura (“MinC”) e pela Prefeitura do Município de São Paulo (“PMSP”) :

Fornecedores sem restrição	2017	2016
Diversos	53	202
Total	53	202
Fornecedores com restrição		
Proac	-	15
Projeto Expositivo da 32ª Bienal de São Paulo - Pronac 151899	-	136
PMSP 2016 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	88
PMSP 2017 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	29	-
Total	29	239

9 Outras contas a pagar

Abaixo apresentamos a composição analítica de “outras contas a pagar” relativos ao circulante e não circulante:

	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Parcelamento - Convênios MinC	1.144	3.431	-	1.144
	1.144	3.431	-	1.144

O saldo de “outras contas a pagar” em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante de R\$ 1.144 (R\$ 4.575 em 2016), considerando o circulante e não circulante, e refere-se ao acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos firmados entre o MinC (Ministério da Cultura) e FBSP em 20 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 19. Durante o exercício de 2017 a FBSP efetuou o pagamentos das parcelas mensais totalizando o montante de R\$ 3.431 (R\$ 2.547 em 2016).

10 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são doados antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da FBSP. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 dezembro de 2017 a FBSP possui registrado o montante de R\$ 820 (R\$ 1.746 em Dez/2016)

11 Subvenção a realizar

A Subvenção a realizar ao final do exercício de 2017 é composta pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar	Vigência		Fim	Saldos em 01/01/2017	Captação Recursos	Rendimento Financeiro	Devolução de recursos não utilizados	Consumo	Saldos em 31/12/2017
	Valor total do Projeto	Início							
Reativação do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011	1.504	-	-	-	(147)	1.357
32ª Bienal SP Curatorial-Pronac 1410646 (ii)	3.315	20/11/2014	31/12/2016	588	-	6	(594)	-	-
32ª Bienal SP Expográfico-Pronac 151899 (iii)	38.588	30/06/2015	31/12/2016	2.302	150	25	(991)	(1.486)	-
ProAC 19638 (iv)	1.500	01/05/2016	28/02/2016	106	-	1	(31)	(77)	-
Prefeitura do Município SP 2016 (v)	3.022	29/11/2016	31/05/2017	2.584	-	33	-	(2.617)	-
Plano Anual 2017 FBSP-Pronac 164229 (vi)	24.454	31/01/2017	31/12/2017	2.100	6.400	121	-	(8.007)	614
Plano Anual 2018 FBSP-Pronac 177114 (vii)	37.963	01/01/2018	31/12/2018	-	9.822	-	-	-	9.822
Prefeitura do Município SP 2017 (v)	3.212	15/12/2017	31/05/2018	-	3.212	3	-	(598)	2.617
				9.184	19.584	190	(1.616)	(12.932)	14.410

- (i) A reativação do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto de Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retratadas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original.
- (ii) O Projeto curatorial 32a BSP - PRONAC 1410646 - o objetivo do projeto foi a seleção e contratação da equipe curatorial e das demais equipes necessárias à concepção, preparação, pré-produção e divulgação prévia da 32ª Bienal de São Paulo. As equipes necessárias à realização da mostra compreenderam: curadores e seus assistentes, assessores para as áreas de produção e comunicação, que foram contratados especificamente para este projeto.
- (iii) O Projeto expositivo 32a BSP - PRONAC 151899 - o objetivo do projeto foi a realização da 32ª edição da Bienal de São Paulo. O projeto contemplou todas as atividades necessárias para o devido preparo, montagem, organização, desmontagem e registro do evento, incluindo a contratação de equipes profissionais responsáveis. Além da exposição propriamente dita no pavilhão, a 32ª Bienal contou com um amplo programa de atividades paralelas antes e durante a exposição (seminários, debates, palestras, oficinas, programas de residências de artistas, performances, formações, etc.). Projeto contemplou, ainda a publicação do catálogo da exposição, kit educativo e site.
- (iv) O Plano Anual de Atividades 2016 - ProAC - No. 19638 - o objetivo do projeto foi o desenvolvimento das atividades paralelas, antes e durante o período expositivo da 32ª Bienal de São Paulo, entre elas: workshops e oficina de curadoria; seminários em São Paulo; realização da Bienal-ArquitFuturo; performances e ativação de obras e publicação de livro dos seminários. Ademais, o projeto abarcou ações de continuidade para o tratamento dos acervos arquivísticos e para a disponibilização de suas informações por meio de um Banco de Dados online. Tais ações visavam promover a reflexão, o diálogo e a experiência da arte contemporânea.
- (v) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs, definida por decreto municipal. O valor desta subvenção visa a manutenção e conservação da Fundação Bienal de São Paulo e do Pavilhão Cicillo Matarazzo; incluindo pagamento de despesas administrativas da FBSP e despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios).
- (vi) Plano Anual 2017 - PRONAC 164229 - o objetivo do projeto foi a manutenção da Fundação Bienal de São Paulo e a realização de sua programação para o ano de 2017, composta por: 13 mostras itinerantes; 1 Exposição da Representação Brasileira na 57ª Bienal de Veneza; concepção, planejamento e desenvolvimento do Projeto Curatorial da 33ª Bienal de São Paulo; ações de Difusão nas cidades que receberam as exposições, manutenção, tratamento e preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo, bem como a Manutenção da Instituição Cultural e Conservação do Edifício Pavilhão Cicillo Matarazzo.
- (vii) Plano Anual 2018 - PRONAC 177114 - o objetivo do projeto é a manutenção da Fundação Bienal de São Paulo e a realização de sua programação para o ano de 2018 composta pela 33ª Exposição de Arte da Bienal de São Paulo que terá sua programação pública com atividades culturais diversas, desenvolvimento do programa educativo, formação de plateia, publicação complementar e publicação do catálogo da exposição bem como a manutenção da instituição cultural e conservação do edifício Pavilhão Cicillo Matarazzo.

12 Contingências passivas

Na data das demonstrações financeiras, a FBSP apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2017		2016	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências Trabalhistas	42	(452)	(410)	(3)
	<u>42</u>	<u>(452)</u>	<u>(410)</u>	<u>(3)</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a FBSP possui dois processos judiciais de natureza trabalhista, sendo analisado e avaliado por seus assessores jurídicos com risco de perda provável, por isso a Fundação efetuou o provisionamento integral dos montantes envolvidos. Não há processos avaliados com perda possível por seus assessores jurídicos que necessitem de divulgação.

	2016	Adição	Baixa	2017
Contingências trabalhistas	50	452	(50)	452
	<u>50</u>	<u>452</u>	<u>(50)</u>	<u>452</u>

13 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

b. Outras reservas

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da reserva é feita de forma linear e faltam 7 anos para o término da realização.

14 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e

Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a FBSP seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a FBSP não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A FBSP enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FBSP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a FBSP.

Quanto ao Imposto Sobre Serviços, a sua imunidade foi formalmente reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo esta ser reconhecida e acatada por outros municípios tendo em vista que o art. 3º da Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003, dispõe que “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador”.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

15 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da FBSP:

Com restrição

Programas de atividades culturais

	2017	2016
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	147	148
Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	-	2.360
Prefeitura Municipal de São Paulo 2016	2.585	438
Prefeitura Municipal de São Paulo 2017	595	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	75	434
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	9.340	21.757
Rendimentos Financeiros	190	1.633
Total	12.932	26.770

Sem restrição

Contribuições, doações e outras

	2017	2016
Receitas de Doações	670	7.871
Receitas de Patrocínios	3.820	-
Cessão de Área	7.730	3.664
Rendimentos financeiros	410	501
Total	<u>12.630</u>	<u>12.036</u>

As receitas de doações são obtidas por meio apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela FBSP; a receitas de patrocínios (não incentivados) são obtidos por meio de parcerias com o Serviço Social do Comércio-SESC, Secretaria de Estado de Cultura Esporte e Lazer-MT, etc, por conta da parceria em conjunto de atividades nas mostras Itinerantes da 32ª Bienal de São Paulo em 2017.

As receitas são recebidas de fontes diversas e são direcionadas ao custeio de despesas dos projetos da FBSP.

16 Custos e despesas operacionais

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2017	2016
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	(147)	(148)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	-	(997)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2016	(432)	(144)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2017	(40)	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	(69)	(594)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC (i)	(6.067)	(23.408)
Total - Com restrição	<u>(6.755)</u>	<u>(25.291)</u>
Total Despesas	<u>(6.755)</u>	<u>(25.291)</u>

- (i) Durante o exercício de 2017 foi realizado o projeto denominado Plano Anual 2017 da Fundação Bienal de São Paulo, direcionado para a manutenção da instituição e a realização de sua programação para o ano de 2018. Os custos incorridos referem, basicamente, às despesas com folha de pagamento e encargos sociais, manutenção do pavilhão e suas equipes de apoio. Além disso, houve custos incorridos com as Mostras Itinerantes da 32ª Bienal de São Paulo durante o ano de 2017 para cumprir com totalidade o Plano de Trabalho.

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a posição pode ser assim sumarizada:

Modalidade	Vencimento	Cobertura
Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos; Queda de Raio; Explosão de Qualquer Natureza e Implosão	20/08/2018	47.000
Alagamento e/ou Inundação	20/08/2018	2.000
Danos Elétricos	20/08/2018	550
Equipamentos Eletrônicos sem Roubo	20/08/2018	300
Equipamentos Estacionários	20/08/2018	500
Equipamentos Móveis (Com Tração Própria)	20/08/2018	95
Equipamentos Cinematográficos, Fotográficos e de Televisão operados exclusivamente em estúdios, laboratórios ou reportagens externas	20/08/2018	33
Lucros Cessantes - Despesas Fixas decorrentes de incêndio, inclusive de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão P.I. = 6 meses	20/08/2018	2.750
Quebra de Vidros	20/08/2018	1.000
Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	20/08/2018	350
Roubo e Furto Qualificado de Bens nas Dependências do Segurado	20/08/2018	87
Roubo de Valores no Interior das Dependências do Segurado	20/08/2018	11
Tumultos, Greves e Lock-out	20/08/2018	170
Vazamento Acidental de Tanque, Ruptura de Encanamentos ou Tubulações do próprio imóvel	20/08/2018	1.000
Vendaval, Fumaça, Ciclone, Tornado, Granizo, Queda de Aeronaves, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	20/08/2018	850

Lucros cessantes: apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, a cobertura de lucros cessantes na apólice da FBSP se justifica pela eventual impossibilidade da mesma realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a FBSP não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2017 foi de R\$ 32 (R\$ 32 em 2016). Esta despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante - Adiantamentos”, apropriado pro-rata conforme a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

18 Trabalho voluntário

A Resolução CFC n°. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da FBSP, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a FBSP no exercício de 2017. Este levantamento levou em consideração: os prestadores de serviços voluntários; participações dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva em reuniões do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Essa verificação foi realizada por meio da lista de presença registradas nas atas de cada uma das reuniões. Todo prestador de serviços voluntários firma com a FBSP um contrato de prestação de serviços voluntários, elaborado nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/1998 que regula o trabalho voluntário e no qual é estabelecido o número de horas de dedicação do voluntário.

Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2017 para o trabalho voluntário desenvolvido na FBSP multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora dos

prestadores de serviços com funções equivalentes ou similares aos voluntários, contratados pela própria FBSP ou, quando não havia este parâmetro, o valor foi definido com base na 6ª edição da pesquisa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sobre remuneração dos administradores em diversas empresas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a FBSP optou por não reconhecer em seu balanço os valores apurados por entender que se trata de valor imaterial.

19 Planejamento financeiro parcelamento Ministério da Cultura - MinC

Em maio de 2013 a FBSP e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado a FBSP reconheceu dever ao MinC R\$ 12.217, em valores atualizados em 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da FBSP fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e pudesse retomar sua atividades, apresentando novos projetos para captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela FBSP ao MinC, após extenso trabalho realizado entre último semestre de 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela FBSP. Os auditores, sob orientação da FBSP e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos, para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas nos 14 convênios firmados com a FBSP, pelo fato destas despesas:

- a. não disporem de comprovante fiscal hábil;
- b. não fazerem parte do plano de trabalho do convênio;
- c. terem sido efetuadas antes ou depois da data de vigência dos convênios e/ou
- d. terem sido efetuadas com partes relacionadas à instituição, a saber, os fornecedores eram empresas controladas por dirigente da FBSP à época do convênio.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo:

	Convênio	Código	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quant. de parcelas por convênio	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
1	344/1999	99-9385	Produção/Concepção Curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12	-	-
2	012/1999	99-6036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16	82	327
3	075/2001	00-6968	Apoio às Comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24	-	-
4	366/2001	1540595	Apoio à Preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36	-	-
5	178/2002	2083742	Apoio à Realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52	88	353
6	505/2002	2263442	8ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8	-	-
7	540/2002	2433644	Apoio à Preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40	280	1.122
8	177/2003	1506687	Pré-Produção Artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40	147	588
9	211/2004	04-1540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40	178	712
10	520/2004	1732072	Itinerância 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16	91	363
11	888/2005	477494	Plano de Atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza,AHWS	354	8	-	-
12	351/2005	1836227	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8	-	-
13	399/2006	1918041	Execução Final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16	278	1.110
14	557/2007	07-10110	Fomento da Arte Contemporânea	46	8	-	-
				12.217		1.144	4.575

O saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2017 monta o total de R\$ 1.144 (R\$ 4.575 em 2016), calculado pela taxa Selic mais 1% a.m..

Abaixo a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

- 13/02/2015 Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC Prestação de contas aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2015/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC; Pagamentos efetuados no período de janeiro à dezembro de 2014; em 04/07/2017, estando já liquidado a saldo devedor, recebemos novo Ofício cujo parecer nº 61/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE indica a manutenção da reprovação da prestação de contas, ou seja, o processo foi reaberto e teve sua decisão anterior suspensa. Então, FBSP recorreu da decisão com recurso e aguarda a resposta do MinC;
- Aguarda análise técnico/financeira. 12 parcelas pagas no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
- Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; Em 09/11/2017, recebemos Ofício 293/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE cujo parecer indica a reprovação da prestação de contas, a FBSP recorreu da decisão com recurso e aguarda resposta do MinC;
- Aguarda análise técnico/financeira. Pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016;
- Aguarda análise técnico/financeira. 48 parcelas pagas no período de janeiro de 2014 a dezembro 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
- 20/12/2013 Ofício 378 e 379/GAB/SEFIC-MINC Aprovação da prestação de contas indicou um crédito para FBSP de R\$ 63.446,18 (Sessenta e três mil quatrocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos. 29/05/2017 Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA/SE-MINC - informa que serão reexaminados os convênios 344/1999 e 505/2002. Em 27/11/2017 - Ofício SEI 285/2017/G6 - PASSIVO/CGEXE/SPOA/SE-MINC - re-aprovação da prestação de contas com crédito para FBSP;
- Aguarda análise técnico/financeira. 36 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
- Aguarda análise técnico/financeira. 36 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
- Aguarda análise técnico/financeira. 36 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
- Aguarda análise técnico/financeira. 12 parcelas pagas no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;

11. 24/12/2014 Diligenciado - Prestação de Contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
12. 02/06/2014 Diligenciado - Prestação de Contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
13. Aguarda análise técnico/financeira. 12 parcelas pagas no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, restando 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018;
14. 23/05/2014 Diligenciado - Prestação de contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013.

A FBSP contratou uma auditoria externa para análise desses convênios, e este trabalho teve, em concordância com o MinC, os seguintes objetivos:

- (1) Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
- (2) Em um segundo momento permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a FBSP pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;
- (3) E permitir a FBSP sair da situação de inadimplência.

Desde maio de 2013 os pagamentos efetuados pela FBSP referente ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somam o total de R\$ 11.073, este valor representa a quitação de 90,63% do total da dívida, faltando apenas 04 parcelas com vencimentos no período de janeiro a abril de 2018 para a FBSP honrar os compromissos do acordo firmando com o MinC.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. A FBSP contabiliza o valor apresentado na GRU por meio de ofício de cobrança do MinC.

Atualmente FBSP possui caixa suficiente para fazer frente a este compromisso.

20 Outras informações

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a FBSP não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios a empregados

A FBSP não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus de desempenho ou de participações nos lucros e resultados, tendo em vista que é entidade sem fins lucrativos.

Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho, dessa forma, a FBSP não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Eventos subsequentes

A Administração da Fundação não tem conhecimento de nenhum evento subsequente à data de emissão destas demonstrações financeiras.

* * *

Emilia Ramos
Superintendente Administrativa e Financeira

Amarildo Firmino Gomes
Contador
CRC 1SP186464/O-2